

28. Delegação de Poderes de Cobrança Coerciva no Âmbito da Gestão dos Apoios Socioeducativos do Município de Braga - Cobrança na Empresa Municipal BRAGAHABIT EM

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) delegar na empresa BragaHabit EM poderes para efetuar cobrança coerciva dos apoios socioeducativos, habilitando a mesma a celebrar protocolo com a Autoridade Tributária para efeitos de instauração de processos de execução fiscal, para cobrança dos referidos serviços de apoios socioeducativos.

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 87420

Data: 04/09/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE PODERES DE COBRANÇA COERCIVA NO ÂMBITO DA GESTÃO DOS APOIOS SOCIOEDUCATIVOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA COBRANÇA NA EMPRESA MUNICIPL BRGAHABIT EM

PROPOSTA:

A BRAGAHABIT - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. é uma pessoa coletiva de direito privado com natureza, local, municipal e constituída por capitais públicos, conforme resulta do n.º 1 do artigo 2.º dos Estatutos da empresa, que possui atribuições para “*gerir apoios socioeconómicos na educação pré-escolar e no ensino básico*”, bem como “*gerir o programa do serviço de refeições generalizado aos alunos da educação pré-escolar e do ensino básico*” (art.º 5º al. l) e m) dos Estatutos da BragaHabit);

Nesse sentido, em reunião de Executivo Municipal de 26/06/2024 foi deliberado aprovar o protocolo para que o fornecimento de refeições escolares pudesse ser assegurado pela referida empresa municipal.

Em face dos incumprimentos verificados nesta matéria, necessita a BragaHabit de celebrar, com fundamento no artigo 7º nº 4 do DL nº 433/99 de 26/10, um protocolo com a Autoridade tributária para tratamento de processos de execução que venham a ser instaurados para cobrança dos serviços de apoios socioeducativos. Mais se contata que a mesma detém atribuições estatutárias para «*Proceder à cobrança coerciva das dívidas à Empresa provenientes de preços, rendas e respetivos juros de mora, aplicando o Código de Procedimento e Processo Tributário, com as necessárias adaptações*» - do artigo 5º dos Estatutos em vigor.

No entanto, para efeitos da celebração do referido protocolo e tendo a empresa atribuições no âmbito da gestão dos apoios socioeducativos por delegação de competências do Município, é necessária a respetiva delegação de poderes do Município, na BragaHabit, EM com a especificação relativa à cobrança coerciva no âmbito da gestão dos apoios socioeducativos.

Esta delegação de poderes implica que a BragaHabit, EM. promova a curto prazo, a celebração de protocolo com a Autoridade Tributária com vista à cobrança dos serviços de apoios socioeducativos.

NESTE SENTIDO,

Propõe-se que a Câmara Municipal de Braga delibere, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) delegar na empresa BragaHabit EM poderes para efetuar cobrança coerciva dos apoios socioeducativos, habilitando a mesma a celebrar protocolo com a Autoridade Tributária para efeitos de instauração de processos de execução fiscal, para cobrança dos referidos serviços de apoios socioeducativos.

A Técnica

Marla Sequeira

Anexos:

1. Informação técnica com o n.º 87412 de 04/09/2024;

Nº Informação: 87412

Data: 04/09/2024

Processo :2024/100.20.001/16

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE PODERES DE COBRANÇA COERCIVA NO ÂMBITO DA GESTÃO DOS APOIOS SOCIOEDUCATIVOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA COBRANÇA NA EMPRESA MUNICIAPL BRGAHABIT EM

Considerando que:

1. A BRGAHABIT - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. é uma pessoa coletiva de direito privado com natureza, local, municipal e constituída por capitais públicos, conforme resulta do n.º 1 do artigo 2.º dos Estatutos da empresa.
2. Quanto ao seu objeto, a BRGAHABIT visa *"a gestão dos apoios à habitação do Município de Braga; a gestão do parque de habitação pública municipal, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas; a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais que lhe sejam delegadas, bem como a prestação de serviços na área da educação e da ação social."* (cfr. artigo 4.º dos Estatutos).
3. Constituem atribuições da Empresa, entre outras, as referidas nas alíneas:
"l) Gerir apoios socioeducativos, nomeadamente o serviço de refeições escolares e atividades de prolongamento de horário, nos estabelecimentos escolares por delegação de competências do Município;
n) Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Município de Braga nos domínios da ação social, educação e ensino;
q) Proceder à cobrança coerciva das dívidas à Empresa provenientes de preços, rendas e respetivos juros de mora, aplicando o Código de Procedimento e Processo Tributário, com as necessárias adaptações" - **do artigo 5º dos Estatutos em vigor**
4. As atribuições elencadas aos municípios nos domínios da educação e ação social, previstas nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, a cada ano letivo, cabe ao Município de Braga, o apoio em matéria de alimentação às crianças da educação pré-escolar e crianças do 1º ciclo dos estabelecimentos públicos do concelho.
5. Este tipo de apoio consubstancia *"o "fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados"*, de acordo com as disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 12.º e da alínea b) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º

55/2009, de 2 de março, e, bem assim, do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 29 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 451/2017, de 23 de junho, que regula as condições das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos municípios;

6. As modalidades de apoio alimentar, encontram reforço no disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, em que os municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes, segundo o Despacho 8452-A/2015, de 31 de julho;
7. Essas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais atribuídas às Câmaras Municipais, incluindo-se no auxílio a prestar aos estudantes, com abrangência nos domínios de ação social escolar através do fornecimento de refeições aos estabelecimentos de educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, em cada ano letivo — cfr. o disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
8. Tais competências já remontam à Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, redação atual.
9. Os apoios alimentares têm como objetivos “a *promoção do sucesso escolar e educativo, o desenvolvimento equilibrado e a promoção da saúde das crianças e jovens que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário*”, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar.
10. Sendo um dos apoios a prestar em matéria de alimentação no âmbito da ação social escolar “o *fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados*” - de acordo com as disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 12.º e a alínea b) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março.
11. O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

12. Assim, nos termos desta nova regulação, que veio revogar a Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que desenvolvia o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, as transferências de competências para os municípios foram decorrendo ocorrer de forma gradual.
13. Neste enquadramento, devem ainda ser tidas em contas as disposições do Anexo IV do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 29 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 451/2017, de 23 de junho, onde se encontram reguladas as condições das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos municípios, nas modalidades de apoio alimentar, entre outras.
14. Que, de acordo com os referidos preceitos, os municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes;
15. Quanto ao modo de concretização, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o fornecimento de refeições pode ser assegurado por outras entidades certificadas para o efeito, mediante a celebração de contratos, acordos ou protocolos.
16. Tendo sido aprovado em reunião de Câmara de 26/06/2024 uma minuta de protocolo de apoio no âmbito da ação social escolar para fornecimento de refeições.
17. Ora, estando nas atribuições da BragaHabit “*gerir apoios socioeconómicos na educação pré-escolar e no ensino básico*”, bem como “*gerir o programa do serviço de refeições generalizado aos alunos da educação pré-escolar e do ensino básico*” (art.º 5º al. I) e m) dos Estatutos da BragaHabit) o MB celebrou o Protocolo acima identificado.
18. No entanto, contrariamente ao que se fez com outras empresas municipais, o Município, no âmbito da delegação de poderes respeitante à prestação de serviço público, não delegou os poderes de autoridade na BragaHabit, levando a que esta não tenha competência para proceder à cobrança coerciva das dívidas que lhe sejam devidas.
19. Sobre a delegação de poderes respeitantes à prestação de serviço público o artigo 28.º dispõe:
"1..Nos termos e para os efeitos do artigo vigésimo sétimo da Lei número cinquenta dois mil e doze, são delegados na empresa pelo Município de Braga os poderes de autoridade que, em cada caso, se revelem

necessários à prestação do serviço público que constitui o seu objeto social. 2. São delegados os seguintes poderes para: Fiscalizar, nos termos dos regulamentos municipais, a prestação de serviços públicos decorrentes da prossecução do seu objeto social."

20. É intenção da BragaHabit celebrar, com fundamento no artigo 7º nº 4 do DL nº 433/99 de 26/10 (diploma que aprovou o CPPT), um protocolo com a Autoridade tributária para tratamento de processos de execução que venham a ser instaurados para cobrança dos serviços de apoios socioeducativos (cuja gestão faz parte das atribuições da empresa por delegação de competências do Município) e sua consequente tramitação pela Autoridade Tributária. **Cfr Of nº 1506/ADM/MC de 8/5/2024.**
21. Para efeitos da celebração do referido protocolo e tendo a empresa atribuições no âmbito da gestão dos apoios socioeducativos por delegação de competências do Município, é necessária a respetiva delegação de poderes do Município, na BragaHabit, com a especificação relativa à cobrança coerciva no âmbito da gestão dos apoios socioeducativos.
22. Dos Estatutos da BragaHabit EM, resulta que a mesma tem atribuições no âmbito da gestão dos apoios socioeducativos por delegação de competências do Município.
23. É assim determinado nos Estatutos que, o Município de Braga poderá delegar na BragaHabit E.M. os poderes necessários à execução do seu objeto social, especificando as prerrogativas da gestão dos apoios socioeducativos, designadamente no âmbito da cobrança coerciva dos referidos serviços de apoios socioeducativos.

A Câmara Municipal de Braga no uso da sua competência prevista nas alíneas d) e h) do artigo 23º e alínea hh) do artigo 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pode assim delegar na BragaHabit EM nos termos do artigo 27º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os seguintes poderes:

- a) **O poder para proceder à cobrança coerciva das dívidas à Empresa provenientes dos serviços de apoios socioeducativos, aplicando o Código de Procedimento e Processo Tributário, com as necessárias adaptações.**

24. A delegação de poderes referida no presente artigo efetua-se mediante deliberação da Câmara Municipal de Braga, a qual fixará o âmbito das competências delegadas e, se for caso disso, as áreas em que as mesmas são exercidas ou os bens a que se referem.
25. O exercício dos poderes e prerrogativas de cobrança coerciva delegados na BragaHabit EM pela Câmara Municipal de Braga deverá ser objeto de regulamentação pelo Conselho de Administração.
26. A BragaHabit é uma empresa local, integralmente detida pelo Município de Braga, regida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a quem cumpre, por delegação do Município de Braga, a promoção e gestão dos imóveis de habitação social, a gestão dos apoios à habitação do Município de Braga, a gestão de serviços no âmbito da reabilitação urbana e a prestação de serviços na área da educação e ação social
27. As referidas responsabilidades implicam a concretização, jurídica e material dos atos necessários a concretizar tais atribuições e assegurar o regular funcionamento das atividades prestadas nesse âmbito;
28. A especificidade técnica e material da BragaHabit concretiza-se no âmbito da gestão administrativa dos apoios concedidos ao abrigo do Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA), do Regime de Apoio Direto ao Empréstimo, do Programa de Combate à Pobreza Energética e do Programa Viva o Bairro, no fornecimento de refeições escolares nos jardins de infância e estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo e Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar, no desenvolvimento da ação de manutenção nos estabelecimentos na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, e na gestão do Human Power Hub |Centro de Inovação Social de Braga;
29. A BragaHabit desenvolve praticamente toda a sua atividade em benefício exclusivo do Município de Braga;
30. No entanto, contrariamente ao que se fez com outras empresas municipais, o Município, no âmbito da delegação de poderes respeitante à prestação de serviço público, não delegou os poderes de autoridade na BragaHabit, levando a que esta não tenha competência para proceder à cobrança coerciva das dívidas que lhe sejam devidas.
31. Pelo que torna necessária a aprovação da delegação de poderes do Município, na BragaHabit, com a especificação relativa à cobrança coerciva no âmbito da gestão dos apoios socioeducativos, com vista a possibilitar a celebração de um protocolo com a Autoridade Tributária para tratamento de processos de

execução que venham a ser instaurados para cobrança dos serviços de apoios socioeducativos (cuja gestão faz parte das atribuições da empresa por delegação de competências do Município).

32. Quanto natureza jurídico-tributária do valor pago pelos utentes das refeições escolares entendeu a CCDR-N em 14/27/2020 (INF_DSAJAL_CG_1840/20202 consultável em: https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/files/ficheiros_ccdm/administracaolocal/refeicoes_escolares_prazo_prescricao.pdf que: *“(...)O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município” constitui uma receita municipal (cf. alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º). No caso das refeições escolares, o preço que é pago pelos alunos é fixado ministerialmente e não pelo município, cabendo à autarquia cobrá-lo no âmbito da sua competência de gestão do fornecimento das mesmas. Pelo que, em nossa opinião constitui, sem margem para dúvidas, uma receita municipal. (...).*
33. Considerando-se, que o valor fixado, em despacho, a pagar pelos utentes das refeições escolares, como um preço que é “*público e político*”, o que lhe confere natureza próxima da taxa e algumas das suas características, deve entender-se, por tal, que se estará ainda perante receitas de natureza tributária, e como tais, passíveis de cobrança coerciva através do processo de execução fiscal, nos termos legalmente previstos.
34. Esta delegação de poderes implica que a BragaHabit promova a curto prazo, a celebração de protocolo com a Autoridade Tributária com vista à cobrança dos serviços de apoios socioeducativos.

Assim, nos termos do disposto no artigo 27º nº 1 da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto e do disposto nos artigos 4º e 5º dos Estatutos da BragaHabit,

Propõe-se que a Câmara Municipal de Braga delibere delegar na empresa BragaHabit EM poderes para efetuar cobrança coerciva dos apoios socioeducativos, (cuja gestão faz parte das atribuições da empresa por delegação de competências do Município), habilitando a mesma a celebrar protocolo com a Autoridade Tributária para efeitos de instauração de processos de execução fiscal, para cobrança dos referidos serviços de apoios socioeducativos e sua consequente tramitação pela Autoridade Tributária.